

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 401/2025

AUTOR: Deputado GUTIERRES TORQUATO

ASSUNTO: Institui a Campanha Estadual de Conscientização, Prevenção e Enfrentamento ao Burnout Digital, no âmbito do Estado do Tocantins.

RELATOR: Deputado OLYNTHO NETO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Vem a esta Comissão para exame, de autoria do Deputado GUTIERRES TORQUATO, o Projeto de Lei nº 401/2025, que “Institui a Campanha Estadual de Conscientização, Prevenção e Enfrentamento ao Burnout Digital, no âmbito do Estado do Tocantins.”

Aduz o autor que a crescente digitalização das relações sociais, educacionais e profissionais tem proporcionado avanços significativos, mas também impõe desafios à saúde mental da população. O Burnout Digital emerge como uma síndrome resultante do uso excessivo e descontrolado de tecnologias digitais, caracterizando-se por esgotamento físico, mental e emocional. Seus sintomas incluem fadiga extrema, dificuldade de concentração, irritabilidade, insônia, ansiedade e sensação de sobrecarga constante.

Sendo assim, justifica que a implementação dessa campanha contribuirá significativamente para a promoção da saúde mental da população tocantinense, prevenindo o burnout digital e seus efeitos adversos.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e

9



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Com efeito, a propositura é de natureza legislativa e, quanto ao poder de iniciativa, o Projeto de Lei não se encontra entre aqueles de iniciativa privativa, indicados no art. 27, § 1º da Constituição do Estado, facultando a qualquer deputado apresentar projetos de leis.

Assim, quanto ao exame da constitucionalidade e regimentalidade, não há óbice à livre tramitação da propositura.

Ante o exposto, por atender os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimental, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei nº 401/2025**, na forma apresentada.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2025.

Deputado OLYNTHO NETO

Relator



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

D E S P A C H O

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) Olyntho Neto, referente ao(a) PL n° 401/2025.

OBS:.....

Encaminhe-se (a)(ao) Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2025


Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS

MEMBROS SUPLENTE

Dep. VALDEMAR JÚNIOR(X)	Dep. JORGE FREDERICO()
Dep. LEO BARBOSA(X)	Dep. OLYNTHO NETO()
Dep. CLAUDIA LELIS(X)	Dep. PROF. JÚNIOR GEO()
Dep. GUTIERRES TORQUATO()	Dep. GIPÃO()
Dep. MOISEMAR MARINHO(X)	Dep. MARCUS MARCELO()